

CORREIO SUDESTE

Joédon Alves/Agência Brasil



STF pediu que PF analise câmeras corporais

RJ pede mais 20 dias para enviar imagens da Operação Contenção

O governo do Rio de Janeiro pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a prorrogação do prazo para entregar à Polícia Federal (PF) as câmeras corporais e imagens capturadas durante a Operação Contenção, considerada a ação policial mais letal da história do país.

Na petição encaminhada ao Supremo, a procuradoria do estado pediu mais 20 dias úteis para entregar todo o material e permitir que a PF realize a perícia determinada pelo ministro. A solicitação foi enviada à Corte na última sexta-feira (6).

Segundo o governo estadual, o alargamento do prazo é necessário para reunir todo o material coletado.

Operação terminou com 122 mortos

No dia 5 deste mês, Moraes deu prazo de 15 dias para que as imagens e as câmeras corporais utilizadas pelos policiais sejam entregues à PF, que deverá apresentar os laudos do trabalho realizado. A operação foi deflagrada em outubro do ano passado pelas polícias civil e militar contra a facção criminosa Comando Vermelho e terminou com a morte de 122 pessoas, entre elas cinco policiais.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Força atuou nos municípios de Cantagalo e Porciúncula

Por chuva no RJ, Marinha aciona Frida

Diante de condições climáticas extremas e de temporais que afetam o estado do Rio de Janeiro, a Marinha acionou pela primeira vez a Força de Resposta Imediata a Desastres Ambientais (Frida) do Corpo de Fuzileiros Navais. A operação foi empregada para apoiar o Norte Fluminense após fortes chuvas. A Frida foi criada em dezembro passado em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O objetivo é trabalhar em coordenação com a Defesa Civil para reduzir os impactos causados por eventos extremos.

Mais de mil moradores impactados

A Frida atuou, no último sábado (7), nos municípios de Cantagalo e Porciúncula oferecendo apoio humanitário, com ênfase na retirada de detritos e recomposição das vias públicas, restabelecimento de acessos e suporte direto às comunidades isoladas. Em Porciúncula, segundo a prefeitura da cidade, 1.090 moradores foram diretamente impactados pelo temporal no sábado.

Troteio

Seis pessoas morreram e uma ficou ferida no domingo em tiroteio em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. As informações foram confirmadas na segunda pela Secretaria de Estado de Polícia Militar. Cinco homens foram mortos por tiros no bar e duas mulheres que passavam também foram baleadas.

Crédito rural

A aplicação de crédito rural para a agricultura familiar no Espírito Santo apresentou crescimento nos primeiros sete meses do ano-safra 2025/2026, período que vai de julho de 2025 a janeiro de 2026. No total, foram aplicados R\$ 1,94 bi, resultado 8% superior ao do mesmo intervalo do ciclo anterior.

Consulta pública

A Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca abriu consulta pública até o dia 6 de março, de proposta de Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade do Queijo Minas e da Puína produzidos no ES. Estes dois produtos, tipicamente capixabas, ainda não possuem legislação própria.

Nossa Bolsa

Trinta jovens apoiados pelos Centros de Referência das Juventudes, mantidos pelo Governo do Estado por meio da Secretaria de Direitos Humanos, foram aprovados em instituições de Ensino Superior. Alguns deles terão a oportunidade de estudar gratuitamente em instituições particulares com apoio do Programa Nossa Bolsa.

MPMG alerta I

O Grupo de Atuação Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público de Minas Gerais (Gaeciber/MPMG) alerta os pais para não publicarem fotos dos filhos com uniforme da escola. O órgão esclarece que a exposição da rotina das crianças em redes sociais deve ser evitada.

MPMG alerta II

Informações como o nome da escola, os cursos que frequenta, podem ser úteis para bandidos que se dedicam a elaborar trotes de sequestro ou mesmo para aqueles que estão em busca de vítimas para sequestrar. Dados do IBGE de 2024 mostram que 94% dos brasileiros estão ligados à internet.



A paralisação foi concedida a pedido do Estado e MPMG

Justiça paralisa atividades da Vale em complexo de MG

Companhia fica sujeita a multa diária de R\$ 100 mil até R\$ 10 mi

Da Redação

dades, dificultando a resposta da Defesa Civil.

A Justiça de Minas Gerais determinou a paralisação, com efeito imediato, de todas as atividades da mineradora Vale no Complexo Minerário de Fábrica, na cidade mineira de Ouro Preto, após danos ambientais causados por um vazamento de água e rejeitos ocorrido 25 de janeiro. A decisão foi assinada na última sexta-feira (6).

A paralisação foi concedida a pedido do governo estadual e do Ministério PÚblico de Minas Gerais. Pela decisão, as atividades somente poderão ser retomadas quando for comprovada tecnicamente a estabilidade e segurança de todas as estruturas do complexo.

Em caso de descumprimento, a Vale fica sujeita a multa diária de R\$ 100 mil, até o limite de R\$ 10 milhões.

O vazamento em uma das cavas da mina de Fábrica atingiu cursos d'água responsáveis por alimentar o rio Paraopeba, causando assoreamento de córregos e danos à vegetação, conforme demonstrou o MPMG na ação.

Houve extravasamento de 263 mil metros cúbicos de água turva que continha minério e outros materiais do processo de beneficiamento mineral. Segundo o MP, houve falha no sistema de drenagem do reservatório da mina.

O órgão também acusa a Vale de demorar dez horas para comunicar o vazamento para as autoridades competentes e preservando todos os esclarecimentos necessários".

O material levado pelo vazamento chegou a atingir uma área de outra mineradora - a CSN - provocando danos materiais.

Depois, essa lama chegou ao rio Goiabeiras, que atravessa parte da área urbana da cidade, antes de se encontrar com o rio Maranhão, já na área central de Congonhas.

O rio Goiabeiras é afluente do rio Maranhão e este, por sua vez, deságua no Paraopeba, o mesmo que passa por Brumadinho e foi atingido pelo rompimento de uma barragem da Vale em 25 de janeiro de 2019, há sete anos.

Em paralelo, o Ministério PÚblico Federal (MPF) também acionou a Justiça e pediu o bloqueio de mais de R\$ 1 bilhão da Vale para garantir a reparação dos danos ambientais e materiais.

Em posicionamento enviado à Agência Brasil, a Vale disse que já havia paralisado as atividades nas duas minas - de Fábrica e Viga - em que ocorreram vazamentos. Ambas ficam dentro do Complexo de Fábrica, entre os municípios de Ouro Preto e Congonhas.

Segundo a empresa, a prefeitura de Congonhas suspendeu os alvarás de funcionamento das minas envolvidas.

A Vale acrescentou que irá colaborar "integralmente com as autoridades competentes e preservando todos os esclarecimentos necessários".